

ENTRE A INVISIBILIDADE E A PRODUÇÃO DE PRESENÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DA CRIAÇÃO DA ASSTTRAL À LIGA TRANSMARXISTA NO SUL DE MINAS GERAIS

BETWEEN INVISIBILITY AND THE PRODUCTION OF PRESENCE IN PUBLIC POLICIES: FROM THE CREATION OF ASSTTRAL TO THE TRANSMARXIST LEAGUE IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS

Joice Guimaraes Silva¹
Marta Gouveia de Oliveira Rovai²

Resumo: o artigo apresenta uma pesquisa desenvolvida relativa à comunidade LGBTI+ da cidade de Alfenas, especialmente com mulheres trans/travestis de cidades sul mineiras, por meio de material do Acervo Amhor da Universidade Federal de Alfenas. Através das fontes disponibilizadas pelo acervo é possível encontrar jornais e revistas que tratam de demandas de mulheridades trans e travestis, como a Revista da Diversidade produzida pelo Movimento Gay de Alfenas, o que nos permite questionar sobre os discursos produzidos em relação às suas existências e direitos, além de suas relações dentro do movimento LGBTI+ e suas ações de resistência contra os estigmas e preconceitos, narrando a si mesmas e produzindo visibilidade sobre suas demandas. Utilizando-se dessas fontes organizadas pelo Acervo Amhor, e fazendo uso da história oral, o estudo pretende compreender a constituição ou não de um movimento trans de luta por direitos, políticas públicas e representatividade.

Palavras-chave: Políticas públicas; Assttral; Liga Trans Marxista; História Oral; Alfenas.

Abstract: The article presents research carried out on the LGBTI+ community in the southern cities of Alfenas and Guaxupé in Minas Gerais, especially with trans/transvestite women, using digitized material from the Amhor Collection at the Federal University of Alfenas. Through the sources made available by the collection, it is possible to find newspapers and magazines that deal with the demands of trans and transvestite women, such as the Revista da Diversidade produced by the Movimento Gay de Alfenas, which allows us to question the discourses produced in relation to their existence and rights. , in addition to their relationships within the LGBTI+ movement and their resistance actions against stigmas and prejudices, narrating themselves and producing visibility about their demands. Using these sources organized by the Amhor Collection, and making use of oral history, the study aims to understand the constitution or not of a trans movement fighting for rights, public policies and representation.

Keywords: Public policies; Assttral; Trans Marxist League; Oral History; Alfenas.

¹ Graduada em história pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL - MG). Professora de história na educação básica. Atuou como pesquisadora de Iniciação Científica (CNPq), participou de projetos de extensão relacionados à história oral, história pública, movimento LGBTQIA+, acervos, cultura popular negra e patrimônio cultural. Publicou artigos sobre o acervo Amhor e suas pesquisas, além de ser coautora no livro Celebrando o orgulho: 24 anos de lutas e conquistas do Movimento Gay de Alfenas.

² Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Pós-Doc pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UNIFAL-MG. Foi professora substituta na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É professora colaboradora da Pós-Graduação de Humanidades, direitos e outras legitimidades, na Universidade de São Paulo (USP) e professora no Mestrado da Universidade de Montes Claros (Unimontes-MG). É pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), da Universidade de São Paulo, e do Formatio (Processos de Formação e Profissionalidade Docente (Formatio/UNIFAL)). É coordenadora do Grupo Amhor: acervo de memória e história do orgulho LGBTQIA+ no sul de Minas Gerais. Foi coordenadora institucional do PIBID/UNIFAL entre 2015 e 2022. É diretora de História Pública da Anpuh-BR. Foi diretora regional sudeste da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), entre 2020 e 2022. Vice-coordenadora do GT de Gênero da ANPUH-MG (2022-2024). Foi coordenadora do Núcleo de Atenção à Mulher (NAM) e chefe do Departamento de Direitos Humanos e Inclusão (UNIFAL-MG) entre 2022 e 2023. Possui Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), tendo pesquisado sobre a juventude durante o Estado Novo.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos compartilhar uma pesquisa desenvolvida junto a mulheres transexuais e a travestis nas cidades de Alfenas e Guaxupé, no sul de Minas Gerais, com o objetivo de visibilizar modos diversos de organização contra o silenciamento de suas histórias e memórias, promovido pelas práticas de certa militância cisgênera e pela dificuldade em se conquistar políticas públicas que protejam seus corpos. Desde 2022, o grupo Amhor³, formado por estudantes da Graduação na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), vem digitalizando, catalogando e organizando documentos de diversas tipologias – impressos, fotográficos, institucionais e orais – com a finalidade de disponibilizar publicamente fontes para pesquisas e criar produtos que permitam publicizar a memória e a história LGBTQIA+ de Minas Gerais. Entre suas ações estão a criação de um acervo digital, exposições museológicas, propostas didáticas e livros, além de debates acadêmicos, minicursos e discussões com as comunidades fora da Academia

Ao organizar o material doado para o Acervo pelo Grupo Gay de Alfenas (MGA)⁴, percebemos o número muito reduzido de informações relacionadas à existência de pessoas e ao movimento trans/travesti, a não ser em fotografias relativas às Paradas, mantendo certo estereótipo sobre seus corpos, ligados ao erotismo, e ocultando suas vidas cotidianas e demandas. Diante das ausências, decidimos evidenciar os poucos documentos que encontramos e, também, contribuir na produção de fontes que pudessem valorizar experiências, por meio da metodologia da história oral de vida (Meihy, 2005).

Para esta apresentação selecionamos excertos da Revista Diversidade, produzida entre os anos 2009 e 2015 pelo Movimento Gay de Alfenas (MGA), em que se fazia referência à criação da Associação de Travestis e Transexuais de Alfenas (Assttral) e às políticas públicas para a população trans no sul de Minas Gerais, pelos quais procuramos discutir processos de silenciamentos em meio ao movimento LGBTQIA+. Além destes documentos, a partir do acervo organizado, trazemos trechos de entrevistas realizadas com mulheridades e feminilidades que atuaram na Assttral, no passado, e com as criadoras da Liga Transmarxista, desde 2023, a fim de evidenciar suas experiências de resistência contra opressões sociais e apagamentos históricos, em busca de direitos.

Pretendemos discutir como elas se organizaram e se inserem hoje na militância social e política, criando seus próprios espaços e meios de luta em defesa de políticas públicas específicas. Até o momento, o grupo realizou 17 entrevistas com pessoas de diferentes gerações, e nós escolhemos publicizar, neste texto, parte das narrativas de Wall Alves e de

³ Este artigo apresenta reflexões a partir do Projeto de pesquisa Amhor: a construção de um acervo virtual sobre as memórias e histórias LGBTQIA+ voltado à produção de fontes, à pesquisa em arquivos e às práticas escolares em perspectiva de história pública, desenvolvido na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) pelas autoras. Dele fez parte a Iniciação Científica intitulada Mulheridades e feminilidades nos acervos Bajubá, Close e Arquivo Mineiro e na história sul-mineira por meio do Acervo Amhor, financiada pelo CNPq entre 2023 e 2024.

⁴ O MGA é uma ONG LGBTQIA+ que, desde 2001 tem atuado politicamente na cidade, com conquistas importantes na área da saúde e jurídica. Seu principal expoente é Sander Simaglio, um de seus fundadores e presidente, responsável por conceder vasto material ao grupo e ao projeto Amhor.

Dany Motta, duas mulheres trans que pertenceram ao Assttral entre os anos de 2009 e 2010, em Alfenas; e de Natália, uma jovem travesti⁵ que foi uma das criadoras da Liga, que atua em Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho e Alfenas⁶.

Suas histórias são aqui orientadas pelas seguintes questões: Como outros membros pensam ou pensaram as mulheres trans/travestis no movimento LGBTQIA+, em suas cidades? Como as mulheres trans e travestis pensam sua inserção no movimento em defesa de direitos de pessoas trans? Quais foram/são as relações desiguais de poder dentro dos próprios coletivos, produzindo formas de silenciamento na luta por políticas públicas LGBTQIA+? Como suas demandas são evidenciadas nas lutas por direitos e reconhecimento em novas ações individuais e coletivas?

2 O MOVIMENTO GAY DE ALFENAS E A ATUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO SUL-MINEIRO

Pesquisadoras/es como Regina Facchini (2005) e Renan Quinalha (2017) apresentam em seus trabalhos a disputa política entre os diferentes grupos na trajetória do movimento marcado pela sigla GLBT, especialmente entre as décadas de 1960 e 1990. A historiadora Rita Colaço (2023), no entanto, chama a atenção para o fato de que a maioria das pesquisas aponte eventos vitoriosos do movimento e se restrinja ao eixo Rio-São Paulo, num processo de luta retilínea e limitada a alguns grupos. Segundo a autora, é importante destacar que a historiografia não deve tratar somente de ações políticas que trouxeram conquistas ao movimento, mas também àquelas desqualificadas pelo Estado, pela sociedade cisheteronormativa e pela própria estigmatização gerada por posturas transfóbicas internas.

Predomina, ainda, uma narrativa hegemonicamente masculina e cisgênera sobre o movimento GLBT, que sofreu mudanças na sigla na medida em que diferentes identidades se fizeram visíveis socialmente no enfrentamento a acontecimentos majoritariamente destacados como “gays”. Como exemplo, a historiografia aponta a militância do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), do Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais, do Grupo Somos de Afirmação Homossexual, em São Paulo entre 1978 e 1983, do Triângulo Rosa e do Atobá, no Rio de Janeiro, além do Grupo Gay da Bahia, criado em 1980, referências marcadas pelo predomínio masculino e representante da letra G (Facchini, 2005; Quinalha, 2017). Este “carimbo” também esteve presente na formação do Movimento Gay de Minas (MGM), no Grupo Gay de Varginha e no Movimento Gay de Alfenas (MGA), criados posteriormente em Minas Gerais sob inspiração desses modelos no Brasil.

É fundamental, no entanto, apontar que em Minas Gerais ocorreram lutas de mulheres cis lésbicas e bissexuais, travestis e transexuais, que procuravam enfrentar a invisibilização de suas existências dentro do movimento LGBTQIA+ local e diferenciar suas pautas e

⁵ Os termos trans e travesti foram utilizados de acordo com a autonegação pelas entrevistadas.

⁶ As entrevistas foram transcritas, transcriadas, conferidas e autorizadas por elas.

estratégias dissonantes do padrão hegemônico. Destacamos a organização da primeira Parada GLBT em Minas Gerais, coordenada pelo Grupo de Lésbicas e Simpatizantes (GLS) e pela Associação Lésbica de Minas (ALEM), no ano de 1998 (Maria Ferraz, 2021), que abrigou corpos trans e travestis, mas pouco lembrado nos discursos e nos registros relativos às manifestações.

O processo de debates e conquistas na história do movimento brasileiro, hegemonicamente gay e cisgênero, os inconformismos das mulheridades e feminilidades contra hierarquizações e silenciamentos de gênero promoveram discussões que levaram, em 2008, à I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, na qual se oficializou a sigla LGBT. A inversão de letras indicava uma reivindicação antiga de lésbicas contra uma herança patriarcal e lesbofóbica (Facchini, 2005).

De forma semelhante, por longo tempo a comunidade trans/travesti foi tratada como um apêndice do movimento intitulado como “gay” nos anos 1990 e GLBT. Quanto às travestilidades e transexualidades, Renan Quinalha (2017) lembra que organizações como a Turma OK, em 1962, a Associação de Travestis e Liberados (Astral), em 1992, foram marcos fundamentais na resistência contra a ditadura, o preconceito e a morte. A atuação das militantes da Astral estimulou a formação de outras entidades como a Rede Nacional de Travestis (Renata), a Rede Nacional de Travestis e Liberados (Rentral), a Associação Nacional de Travestis e Liberados na luta contra a AIDS (ASTRAV) e a Articulação Nacional de Transgêneros, mais tarde gerando a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em 2004 (Campos; Hur, 2017), que assumiu o seu protagonismo na defesa de políticas públicas.

No entanto, essas associações não se fizeram presentes no sul de Minas Gerais, como pudemos perceber nos documentos do acervo e no levantamento de pesquisas sobre a região. Ainda nos anos 2000, não era possível identificar um movimento específico de pessoas travestis e transexuais, e isso pode ser compreendido, em parte, pelo conservadorismo predominantes na cultura do interior mineiro, marcada pela imposição dos valores cristãos que alimentam a lgbtfobia. Em 2001, foi criado o Movimento Gay de Alfenas (MGA), uma ONG criada por homens gays e cisgêneros comprometidos em defender a luta pela criação de políticas em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ no sul de Minas Gerais.

Este grupo se dedicou e conquistou diferentes políticas públicas, nos anos 2000, tornando-se a entidade criada um Centro de Referência Sul Mineiro para a população LGBT+, entre os mais de 50 que havia no Brasil. Como tal, concorreu a vários editais propostos pelo Ministério da Justiça, em decorrência do Programa Brasil sem Homofobia, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Centro de Referência ficava numa casa, no centro da cidade de Alfenas, e atuava em conjunto com escolas, Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), submetidos à subsecretaria de direitos humanos, oferecendo

acompanhamento psicológico e jurídico, além de realizar a distribuição de insumos, de prevenção ao DST/AIDS, principalmente para trabalhadoras do sexo, nas ruas e boates.

Em relação às ações voltadas para travestis e mulheres trans, foram criados o Projeto “De esquina em esquina” e “Em cima do salto” (2011), que contavam com parcerias com as universidades locais – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e Universidade Prof. Edson Antônio Velano (Unifenas) – envolvendo docentes e discentes dos cursos de medicina, psicologia e enfermagem. A ONG realizava uma parceria com as faculdades e, com estudantes e docentes, faziam o trabalho de distribuição de preservativos e sachês de gel lubrificante, mas rodoviárias, ruas, boates e, também, durante a Parada LGBTQIA+ na cidade. Havia orientações e uma espécie de entrevista, procurando encaminhar travestis e mulheres trans para o atendimento, se necessário, nos centros de saúde (Rovai *et al.*, 2024).

Ressalte-se que não havia a participação direta da comunidade trans na elaboração e organização dos projetos, sendo seus corpos objeto de intervenções. Desta forma, cabe destacar que muito da militância de travestis se limitou a um “ativismo solitário”, semelhante ao que Michele Pires Lima percebe em sua pesquisa junto à comunidade na cidade de Manaus. Ao falar com Nichole, uma de suas entrevistadas, a autora afirma:

[...] que os mais simples atos como informar sobre o universo trans para pessoas cisgêneros, ou apresentar determinado comportamento que, para a sociedade não condiz com o imaginário cultural brasileiro sobre travestis e transexuais, tornou-se parte de uma resiliência individual e proativa de mudança social. A “oralitura” oportuniza o (re)conhecimento de narrativas subterrâneas, silenciadas, carregadas de (res)sentimentos e objetividades singulares de vida que, em grande medida, não podem ser ouvidas, vistas e sentidas no corpus documental escrito. O ativismo solitário ou individual que procuramos discutir só foi possível pela chave operacional da história oral que visa reconhecer a complexidade das diferenças humanas (Lima, 2021, p. 143).

Como Nichole, encontramos trajetórias de ativismo solitário entre nossas entrevistadas, três delas apresentadas aqui e que fizeram de suas vidas formas de congregação de pessoas, para além da militância organizacional. Danny e Wall, por não se sentirem representadas, acabaram fazendo de suas profissões – cabeleireira e agente de saúde respectivamente – modos de anunciar as existências trans/travestis, denunciar as violências contra elas e cuidar dos corpos.

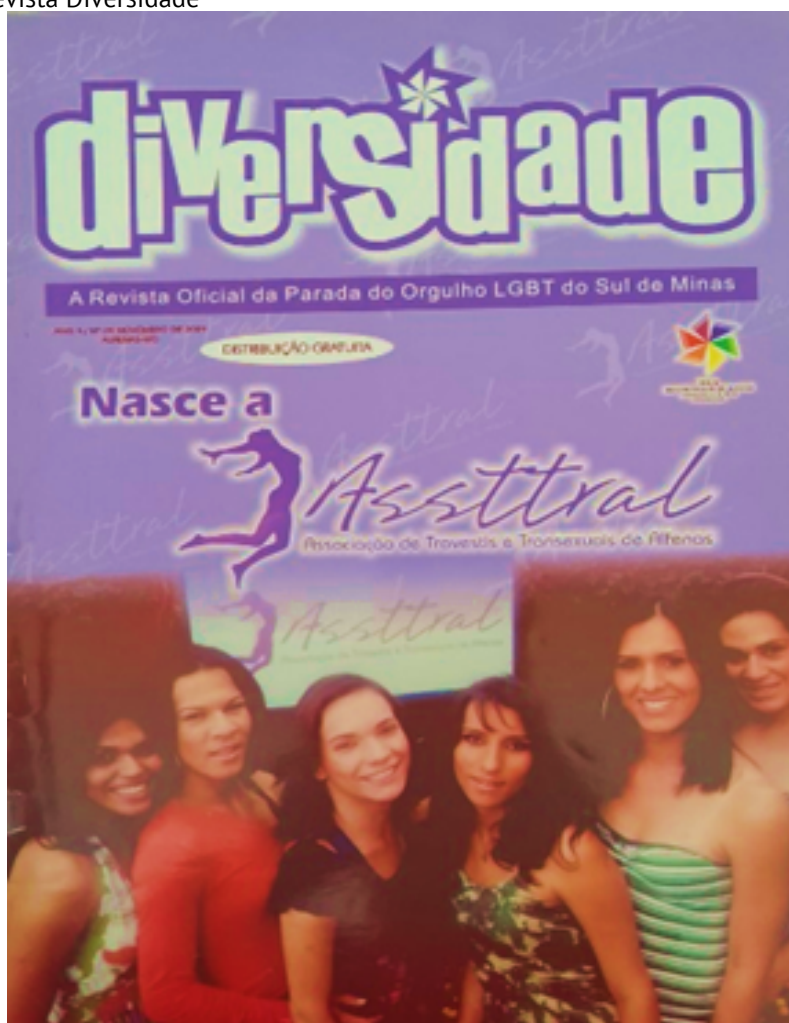
Nathália, mais jovem do que elas, não se sentiu identificada com a organização política que, embora lhe trouxesse satisfação ideológica, foi considerada por ela também o lugar do masculino e da cisgeneridade. Isto fez com que ela, junto a outras pessoas LGBTQIA+ buscassem criar seus próprios caminhos em busca de políticas públicas. Por isso, apesar da criação de uma associação chamada Associação de Travestis e Transexuais de

Alfenas, pelo MGA, elas jamais se sentiram representadas por ações coordenadas por homens cisgêneros que vedavam seus protagonismos, como observado em suas entrevistas. Como apontou Lima, a história oral nos permite conhecer a complexidade e a desigualdade das relações, mesmo quando estamos tratando do movimento social LGBTQIA+.

3 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE ALFENAS (ASSTTRAL)

Em novembro de 2009, a capa do número 9 da Revista Diversidade, publicação criada pela ONG, anunciava a criação da Associação de Transexuais e Travestis de Alfenas, com a chamada Nasce a Assttral, acompanhada da imagem de um grupo de mulheres trans e travestis que participavam do MGA. No entanto, ao longo das 46 páginas do periódico não pudemos encontrar qualquer menção acerca do que seria uma nova ONG ou um projeto do MGA, nem a perspectiva da comunidade trans/travesti como agentes de sua criação.

IMAGEM 1 - Capa Revista Diversidade



Fonte: Revista Diversidade, 2009. Acervo Amhor.

Danny Motta, uma das mulheres trans que aparecia na imagem da capa, durante sua entrevista, realizada em 2023, afirmou que naquele momento houve uma pequena adesão de trans e travestis na Assttral, e que isso se explicaria, em parte, porque a “marca gay” não se dissipou dos discursos e da presidência do Movimento Gay de Alfenas. Também, devido ao fato de elas não se sentirem como agentes de uma associação que havia sido criada sem que elas fossem consultadas e participassem do debate sobre suas próprias demandas. Mesmo assim, algumas delas chegaram a participar de encontros entre o MGA e a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, entre 2009 e 2010, quando o tema tratava de mulheridades, mas sem que tivessem o protagonismo de fala:

As meninas pouco frequentaram o MGA. Fizeram por um tempo alguns cursos profissionalizantes, como cabeleireiro, mas poucas souberam do curso, e as que souberam, não aproveitaram as oportunidades. Eu me tornei cabeleireira. Participamos de palestras com pessoas ilustres, mas não me recorro o nome delas, falando de sexualidade, instruções de como pedir pra mudar o nome de batismo e usar o nome social, em lugares públicos. Eu também fui a eventos que tratavam dos direitos das mulheres trans. Apreendi muito, mas não éramos ouvidas! [...] Participávamos com shows artísticos de algumas transformistas, com música, barraca do movimento gay (MGA), com cartazes... Mas acho que faltou e falta mais participação das meninas para que seja mais fácil ir atrás de benefícios para todas. Acho que poderia ter mais informações sobre os vários gêneros. Hoje poderia ter novamente uma sede, ter mais palestras, cursos, para reunir as pessoas que queiram ajudar e ser ajudadas em suas diferenças. No Assttral, poucas foram as que participaram ou se sentiram representadas” (Danny Motta, 2022).

Sobre a validade do Assttral como feito político, Wall Alves, hoje uma agente de saúde na cidade de Alfenas, tece críticas ao processo como a Associação foi criada. Para ela, a letra “G” predominou como marca da masculinidade e da cisgeneridade no movimento:

O MGA criou a Assttral antes que a gente criasse!... Uma forma de barrar nosso protagonismo! A gente não se reconhecia como movimento gay, nem se sente representada pela sigla. A gente respeita, mas não se vê englobada neste “G”. Infelizmente! Não era um lugar pra nós! Até porque era só MGA, Movimento Gay de Alfenas! As outras letras não estavam ali... Eu vejo que no movimento LGBT são lutas diferentes, são vozes diferentes, que precisam ser reconhecidas e evidenciadas (Wall Alves, 2023).

Foi possível observar no material pesquisado (Revista Diversidade, fotografias e jornais) a presença tímida, e mais como notícias do que como sujeitas, de travestis em eventos de formação e prevenção do HIV/AIDS, nos quais a Assttral era nomeada, mas não era protagonista. Esta organização não chegou a ser uma associação autônoma, mas um núcleo dentro do MGA, coordenado por homens cisgêneros. Isso significa dizer que, apesar

da conquista de políticas públicas para acolher, cuidar e proteger a população trans/travesti, como o Projeto “Acolhendo as diferenças” desenvolvidos dentro da sede da ONG, pelo qual as mulheridades e feminilidades receberam treinamento técnico, com aulas de computação e de formação em estética a fim de que pudessem ampliar as possibilidades de uma profissão, Danny e Wall lembram que o abandono dos cursos por parte delas era grande pelo não envolvimento direto na construção das propostas. Outra política pública desenvolvida no sul de Minas Gerais, intitulada “De cara pra vida”, relacionada ao combate à lipodistrofia (causada por remédios tomados por pessoas portadoras do HIV/AIDS), é reconhecida pela comunidade transgênera como fundamental para a sua saúde, nos anos 2009-2011, mas as críticas recaem sobre os processos não inclusivos de seus corpos como protagonistas das decisões (Rovai *et al.*, 2024).

Em entrevista concedida anteriormente, em 2019, Wall já apontava esta questão relativa ao problema provocado pela letra “G”, desconstruindo a imagem de um movimento capaz de abarcar todas as demandas:

São demandas diferentes, são vozes diferentes. São problemas específicos, entendeu? O gay não vai lutar pelo nome social dele; não vai lutar pela saúde dele. Já está lá pra ele. O nome dele não o ofende [...] quando eu estou num lugar cheio de gente e alguém me chama de João – não que meu nome seja esse – eu não tenho vontade nenhuma de levantar! [...] tem uma travesti lá, toda plastificada, maravilhosa, e o atendente faz questão de chamar João, sendo que tá escrito lá pra chamar de Maria?! Ele faz questão de chamar o João! Então, o gay não vai entender isso. Pro movimento gay avançou-se muito em direitos. Pras transexuais não! (Wall Alves, 2019, *apud* Rovai, 2020, p. 23).

No ano de 2010, o MGA assinou um convênio com a Coordenadoria Especial de Política para Mulheres que previa o atendimento psicológico e gratuito a mulheres lésbicas, trans e travestis na sede da ONG. No ano seguinte, junto à Assttral, seus criadores estiveram presentes na IV Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, cujo tema era o combate à feminilização da pobreza e a erradicação da miséria a partir da independência econômica das mulheres (Revista Diversidade, 2010). Em discussão, reivindicava-se políticas públicas quanto ao uso do nome social, o tratamento hormonal e o enfrentamento à violência corpos dissidentes. Apesar dessas pautas, o agenciamento das trans/travestis foi submetida às lideranças masculinas do MGA e pouco se avançou quanto aos benefícios da comunidade trans. Wall não chegou a participar desses eventos, porque considerava que, apesar dos debates, as feminilidades trans não participavam, de modo autônomo, de seus direcionamentos, sendo reduzidas a um papel secundário e ao imaginário, muitas vezes, reduzido à patologização de gênero e sua ligação com as políticas de prevenção ao HIV.

Sobre a patologização de corpos trans/travestis, Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012, p. 579) tratam da violência com que travestis e pessoas transexuais são abordadas e orientadas pelas instituições jurídicas e médicas, na procura de adequar o seu corpo e o registro civil de seu nome ao gênero proposto pela sociedade cisgênera, mas impondo a elas realizarem cirurgias de redesignação genital sem que muitas vezes desejem ou tenham condições. De acordo com as autoras, este é “um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual”, tornando a passabilidade uma possibilidade de opressão social que impõe o modelo cisgênero como estética, validação e disciplina dos corpos trans.

Em sua entrevista, Wall fez críticas à concepção que embasou durante anos as políticas públicas relacionadas à comunidade trans: “Eles nos deram o HIV de presente, como se esta doença nos pertencesse. Só somos lembradas para fazer cirurgia e para falarmos da doença, nos reduzindo a um corpo sobre o qual o Estado age, para ‘nos curar’. Isto cansa!”. Como agente de saúde no município de Alfenas, nos últimos anos a entrevistada desenvolveu, junto a médicos e enfermeiros no Sistema Único de Saúde (SUS), o projeto “Transformar”⁷, que procura acompanhar as existências de homens trans, transmasculinos, mulheres transexuais e travestis, de forma a ouvi-las, compreender suas especificidades, oferecer escuta e todo tipo de orientação e tratamento. Por isso, ela critica a forma como as políticas públicas, principalmente nos anos 2000 (quando fazia parte do MGA), abordavam seus corpos:

O que mais me deixa indignada é que na definição de nossos corpos como trans/travestis, o Estado queira por a mão sobre eles e discipliná-los. Tenho que realizar a cirurgia para ser aceita; tenho que amputar o meu corpo para ser validada. Um fonoaudiólogo tem que tratar minha voz, para que eu me encaixe numa feminilidade cisgênera. Só somos aceitas se nos aproximamos da cisgeneridade. Não quero ser uma mulher cisgênera; sou uma mulher trans. E os movimentos, as políticas públicas, muitas vezes, não compreendem isso. Ficam nos patologizando (Wall Alves, 2022).

Wall aponta a necessidade de que o movimento LGBTQIA+ e as políticas públicas vislumbrem o corpo trans não como objeto de discursos médicos e jurídicos, ou abstratamente políticos, associando-os a pautas secundárias, à biologização, ou à perspectiva de doenças e morte, mas que possam ser compreendidos como potência política e social, capaz de subverter as normas sociais e enfrentar o cisheteroterrorismo cultural; ou seja, um regime de verdades repetidas por diversos caminhos, por várias instituições, que produzem a invisibilidade como um dos mecanismos para estigmatizar, apagar ou eliminar

⁷ O projeto “Transformar” tem por objetivo auxiliar pessoas que estão passando pelo processo de transição/exteriorização de gênero com o agendamento das consultas até o processo de hormonioterapia, mas levando em conta seus desejos e especificidades emocionais e físicas.

corpos dissidentes (Adad, Nascimento e Martins, 2020). Sobre as práticas de cisheteroterrorismo, Letícia Carolina Nascimento afirma:

Contra este conjunto de práticas excludoras, os corpos trans/travestis acabam por reinventar o campo da política, como afirma Paul Preciado (2011), pois são corpos engajados, indisciplinados, não submissos. Danny, Wall e também Nathália demonstram, em suas narrativas, que seus corpos são potência políticas e não apenas efeitos de discursos reguladores, seja da sociedade transfóbica quanto do próprio movimento LGBTQIA+, que tenta traduzi-los, torná-los secundários ou invisíveis. Elas apontam que é preciso construir uma contra-história, que lhes permita visibilizar suas singularidades, fazendo parte de uma “multidão *queer*” que intervém nos “dispositivos biotecnológicos de produção da subjetividade sexual” e de gênero, para que possam ser reconhecidas as suas existências e os danos a elas causadas cada vez que suas histórias são negligenciadas.

4 A LIGA TRANS-MARXISTA DE GUAXUPÉ/ALFENAS

A Liga Trans-marxista surgiu na cidade de Guaxupé e atua, também, nas cidades de Guaranésia e Alfenas, desde 2023. Ela foi criada por uma nova geração de pessoas trans e travestis preocupada com a invisibilidade das pautas e necessidades da população transgênera no Sul de Minas. O grupo promove encontros e oficinas que busca construir espaços de escuta e troca de experiências, formação política que unem a questão identitária à consciência de classe, procurando garantir a participação dessa população na elaboração de soluções e políticas públicas. Segundo o grupo, a Liga conta com um comitê organizado através do centralismo democrático, de caráter marxista, e contando com suas cinco fundadoras: Natália Miranda de Jesus, Maria Tereza Franchi Silva e Melissa Helena das Chagas Pires, a estudante Beatriz Dutra Simão Rocca, a professora Walessa Aparecida Rodrigues e com Juliano Lima de Oliveira, que é DJ, produtor de eventos e colaborador, assim como, do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), que tem sido fundamental para acolher denúncias e oferecer auxílio à população trans com a documentação e o acesso a serviços públicos. O grupo também realizou na cidade de Alfenas o Primeiro Encontro da Visibilidade Trans, no ano de 2024, em colaboração com o Coletivo Sub Urbano e o CRDH.

Natália Miranda, mulher trans, fundadora da Liga Trans Marxista da cidade de Guaxupé, demonstra em sua narrativa a falta de atenção às demandas de mulheridades e feminilidades dentro de movimentos sociais e de partidos políticos, ao longo da história em Minas Gerais, dirigindo suas críticas a partidos políticos e, ainda, ao MGA, que mantém a sua sigla:

A construção da Liga partiu muito dessa necessidade de as demandas serem trabalhadas. No partido eu não sou vista para falar dos assuntos de gente grande, né? É jogado como pauta secundária; é uma coisa que se pode esperar. Vai ficando nesse lugar de 'depois a gente vê! E nos coletivos LGBT, eu vejo que acaba virando a mesma coisa. Total falta de entendimento do que que é uma pessoa LGBT além do G e no geral. Aí a tentar voltar com isso, só que aí a gente tem uma questão que é tipo quando você tá em partidos políticos, se você é de uma minoria social política, você acaba sendo um escanteado para falar apenas daquele assunto, né? Então, eu tava acostumada sempre a falar de Economia, de política externa, e aí de repente "Ah, você vai falar sobre LGBT, especificamente mulheres trans?!"...

Aí, procurando um pouco de coletivos de LGBT na região, tem essa questão também que parece que é apenas sobre homens gays, né? Até quando a gente olha o MGA que foi fundado em 2001, se não me engano, e eles colocam que defendemos a comunidade, e essa comunidade era apenas gay! Mas a sigla LGBT no Brasil foi instituída em 1999. Então, já não era mais pra ser movimento gay, né? Existe uma falta muito grande de local mesmo de a gente poder discutir e trazer nossas pautas e terem essas pautas respeitadas tanto nos movimentos de esquerda, os partidos de esquerda, quanto nos coletivos LGBT! (Natália Miranda, 2024).

A entrevista com Natália Miranda retomou a questão da hegemonia masculina e cisgênera apontada por Wall dentro do MGA e dos grupos políticos, em geral. As duas, separadas por uma geração, nos ajudam a compreender a permanência de modos de silenciamento e apagamento de seus corpos, relegados a um 'não lugar' na sociedade, quando suas demandas e especificidades são deixadas de lado ou consideradas "desvios" de pautas "mais importantes". Elas rompem com esse silenciamento, mostrando que a memória é um direito da comunidade e que ao ser privada do espaço de debate, tendo suas especificidades consideradas como obstáculos a lutas mais gerais, gera-se uma condição de não pertencimento e de sua culpabilização dentro dos movimentos sociais que se pautam por questões de classe, por exemplo, como se suas reivindicações fossem apartadas ou menos importantes:

Daí a importância dessas mulheridades e feminilidades historicamente silenciadas – mas não silenciosas – ocuparem os espaços para narrarem a si mesmas, pois quando fazem isso se constroem entre a norma e a transgressão, o conformismo e a subversão, mostrando como são sujeitas em movimento (Rovai, 2017, p. 403).

O processo de construção de memória dentro do movimento LGBT nos ajuda a compreender as formas que esses coletivos, especialmente a partir da ótica de mulheres trans, organizam-se, uma vez que a memória exerce uma função constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, demonstrando a importância para a construção do sentimento de pertencimento, continuidade e coerência de uma pessoa ou de

um grupo em sua reconstrução (Pollak, 1992, p. 204). Essas mulheridades, apesar de não se sentirem pertencentes ao Movimento Gay de Alfenas, devido à predominância do discurso gay, resistem e criam formas de subversão, de luta e de representação para que suas pautas sejam visibilizadas:

A Liga Trans surgiu mais ou menos disso, dessa percepção da invisibilidade nos grupos. Começou como um grupo cultural, porque a gente tava querendo fazer alguns projetos na área de fotografia audiovisual, pois eu já trabalhei bastante tempo com fotografia. E aí acabamos chegando ao ponto de perceber que apenas mostrar isso não bastava. A gente tinha que dar início, organizar e lutar pelas nossas pautas no Sul de Minas. Então, acabamos expandindo para ser um coletivo de formação política mesmo (Natália Miranda, 2024).

Enquanto tem suas vivências atravessadas pela violência e pelo negligenciamento de grupos políticos e movimentos sociais, é importante salientar que o “ato de colocar em silêncio” promovido cotidianamente não produz silêncio, e essas mulheridades têm se organizado em luta por acesso a direitos essenciais, contra a despatologização do gênero, na defesa da produção de um conhecimento coletivo dissidente, pela escuta de sua voz, entre outras diversas lutas cotidianas. Para Jaqueline Gomes de Jesus (2012) o ativismo social, a partir da perspectiva de pessoas transgêneras, deve ser compreendido como um meio de possibilitar o aumento da consciência política da própria população.

A visibilização cada vez maior da população trans se enquadra em um projeto político de emancipação, relacionado à publicização de suas necessidades específicas, suas histórias, suas posições sociais, e com isso se nota algo que o feminismo negro identificou quando de seu surgimento, nos anos 70 do século XX: ao não levar em conta a intersecção entre raça e gênero, o feminismo tradicional não levava em conta as particularidades das mulheres negras, ou sequer as reconhecia como mulheres, cujo modelo idealizado eram as mulheres brancas (COLLINS, 1990). No que se refere às mulheres transexuais e às travestis, é patente que, em nossa sociedade, elas não recebem o mesmo tratamento dado às mulheres cisgênero, popularmente tidas como mulheres “de verdade”, tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal -biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da “mulheridade” (Jesus, 2012, p. 6).

Por esse projeto que denuncia as desigualdades entre a cisgeneridade e a transgeneridade as pessoas passam a se perceberem e são percebidas como integrantes de um grupo social antes invisível, mas se negam a permanecer assim historicamente, e ousam partilhar crenças e sentimentos com outros indivíduos trans e com a própria comunidade na

qual vivem, começando a se comprometer subjetivamente com o grupo e com a ampliação de suas vozes e ações. É o que fazem pessoas como Wall e Natália, junto de outros segmentos antes secundarizados pelas militâncias políticas não transgêneras.

Desse modo, as formas de organização de mulheres trans, em coletivos ou não, para a luta cotidiana por direitos e reconhecimento, conforme aponta Jesus (2010), se torna cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, fabricando novas realidades sociais, reconfigurando relações de gênero e demarcando identidades pessoais e sociais. Podemos assim, compreender que essas mulheridades e feminilidades não se resumem aos sofrimentos e violações a que estão submetidas; pelo contrário, elas não se colocam na condição de vítimas, como demonstra Rovai (2017), pois ao analisarem sua própria história inserida em situações de exclusão e discriminação, elas produzem um exercício de compreensão de suas experiências e projetam caminhos de enfrentamento às violações de direitos. Natália afirma que prestar atenção aos corpos de crianças e adolescentes trans/travestis, por exemplo, foi fundamental para que pudessem construir uma militância específica, voltada à sua comunidade, capaz de produzir efeitos futuros:

Então, esse grupo é uma coisa que a gente tá tentando montar para ver se começamos com encontros para seus pais poderem dialogar e compartilhar as suas experiências mesmo! Mas o foco nosso agora tem sido com adolescentes. A gente tem um trabalho de trazer o adolescente, chamar para conversar, e é uma coisa bem livre. Elas e eles trazem as suas questões e quando alguém tá falando, ninguém mais fala, sem julgamentos! É um ambiente bem seguro para as pessoas poderem se expor e criar amizade dentro da comunidade também. Sentirem-se pertencentes, porque isso é um grande problema que nós temos, que muitas vezes a gente não faz parte da sociedade, a gente existe à parte dela. Quando a gente começou a trabalhar com adolescente, começou com uma menina que chama Melissa. Ela atualmente é a liderança do grupo! Acabou de fazer 18 anos! Ela é uma das pessoas que tem nome retificado, e ela é uma menina que estudava numa escola particular com bolsa. Aí ela se assumiu, começou a sofrer milhares de violências, até que atiraram a bolsa dela e teve que sair da escola... Quando a gente encontrou com ela, era uma pessoa muito quietinha, muito para baixo, muito sem perspectiva de futuro... E foi uma pessoa que abraçou com tudo a Liga! Veio com tudo com a gente!! Acreditou muito e hoje ela é uma liderança, né? Ela tá uns seis meses com a gente. E foi quando realmente ali, eu falei: "A gente realmente tem possibilidade de fazer algo, a gente é importante! O que estamos fazendo é importante! E eu acho que é muito gratificante também ver esse impacto que tem na vida dos outros e pessoalmente também isso faz o impacto muito grande, né? Que você acaba conhecendo muita gente, muitos contatos, acaba criando essas relações com essas pessoas! E, no meu caso, principalmente, eu acabo virando mãe de muitas dessas meninas. É uma coisa muito gratificante esse trabalho! (Natália, 2024).

A projeção de caminhos que buscam o reconhecimento e a visibilidade de pautas de mulheridades e feminilidades se mostra como ferramenta para a constituição de espaços

democráticos que respeitem a diversidade e acolham suas especificidades. Natália, fundadora da Liga Trans, afirma que o surgimento do movimento se deu devido à necessidade de acolher e construir um lugar de afeto e esperança para pessoas trans, que atualmente participam do grupo de jovens, adultos e também adolescentes:

A gente tem criado um espaço que seja minimamente um pouco mais seguro, mais tranquilo para essas pessoas poderem ser o que são. Aqui na Liga, eu vejo que a gente tem dado mais esperança para elas. Eu vejo que elas têm outra visão: “Não, pera aí, né? Às vezes, eu quero estudar. Sim. Quero fazer uma faculdade”... Não sei se a gente tem dado mais segurança para as pessoas, mas eu acho que a gente tem dado esperança! Você pode ser o que quiser, né? (Natália Miranda, 2024).

Por meio do afeto, a Liga Trans busca mostrar a pessoas trans que elas podem ocupar os diversos espaços e podem ser o que desejarem, rompendo e ressignificando a lógica de silenciamento e segregação. Importante salientar que a movimentação política por direitos e reconhecimento da população LGBT pode também se manifestar fora de movimentos. Como exemplo, podemos citar o trabalho desenvolvido por Wall Alves, com o projeto “Transformar”, o meio pelo qual desenvolve caminhos para que a população trans acesse seus direitos, especialmente na área da saúde:

Eu sempre pensei no coletivo. Eu nunca pensei pra mim... Eu podia, por estar no setor público, podia cuidar de mim. ‘Que se dane tudo!’. Eu não fiz o tratamento, enquanto todos não puderam fazer. Eu não passei pelo médico, enquanto elas não passassem. Exigi que não seja só da área, e sim da cidade inteira. Não só as transexuais, mas as travestis vítimas de silicone industrial. Encontramos um caminho nosso! (Wall Alves, 2022).

Além da busca por direitos a todas as “suas irmãs e irmãos”, como carinhosamente Wall chama pessoas trans, ou para “seus filhos e filhas”, como aponta Natália, elas também ressignificam os espaços em que seus corpos se fazem presentes e produzem visibilidade coletiva, demonstrando que a população trans/travesti pode e deve ocupar os diversos territórios da cidade, inclusive cargos públicos, como é o caso de Wall. As narradoras demonstram em suas narrativas a potência de suas vivências e nos ensinam como a resistência está se constituindo como lugar de busca por representatividade, direitos e afetos, produzindo no coletivo o sentimento de esperança por dias melhores.

Apesar de suas narrativas, vivências, memórias e história ocuparem um “não lugar” em instituições, como nos lembra Pollak (1992, p. 3) essas memórias e ações subterrâneas prosseguem seu trabalho de subversão, questionando e aflorando em momentos de crise

em sobressaltos. O que o autor chama de memórias subterrâneas não se referem apenas a questões políticas referentes a uma memória nacional, mas também a um enquadramento de memória produzido por pessoas e grupos, uns sobre outros, procurando produzir silenciamentos de comunidades minoritárias. No entanto, a memória vai sendo produzida em busca da reafirmação das identidades, no cotidiano, o que significa dizer que o silenciamento não necessariamente produz silêncios:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (Pollak, 1989, p. 3).

Ainda que silenciadas, mas não silenciosas, essas mulheridades e feminilidades estão cotidianamente buscando meios para visibilizar sua luta e construir redes de cuidado coletivo que beneficiem essa população que é violentada diariamente, combatendo o silenciamento. A narrativa de Natália evidencia, ainda, uma preocupação com o fato de que a sua militância não desmereça nem apague a existência de nenhum outro segmento, apontando para a possibilidade de parcerias, confluências e acolhimentos coletivos, entre pessoas trans e cisgêneras. Apesar das especificidades, há a consciência de que é preciso alargar os diálogos:

A Liga Trans, apesar do nome que dá a impressão de que é uma coisa que só tem as pessoas trans, tem também mulheres das comunidades LBI e pessoas cisgêneras. Com protagonismo das pessoas trans, mas as mulheres cis que fazem parte da comunidade também fazem a luta junto com a gente, até porque as pautas das pessoas trans acabam sendo muito ligadas às pautas feministas cisgêneras. A gente vê pautas importantíssimas como dignidade menstrual, como essas formas de aborto seguro. A gente não tem nenhum tipo de financiamento, mas alianças, que a gente tem, por exemplo, com a CRDH... Sempre tem algum caso de direitos humanos não sendo respeitados, ou alguém que tá precisando de algum auxílio, ou de advogados ou de psicólogos, assistente social... A gente encaminha para o CRDH para eles poderem ajudar... A gente tem bastante psicólogos que trabalham conosco e cobrem valores sociais para as pessoas que fazem parte do nosso grupo. Também tentamos instruir as pessoas o máximo possível sobre direitos e dialogar com mães e pais... Estamos criando um grupo de acolhimento para mães e pais, pois quando você transiciona, não faz isso sozinho; sua família transiciona junto; seus amigos e a sociedade de certa forma está, ou deveria estar, transicionando junto. (Natália, 2024).

A fala de Natália se refere a uma aliança entre o feminismo cisgênero e o transfeminismo que, como afirma Letícia Nascimento (2021) passa pela compreensão de que é impossível permanecer insistindo na categoria universal e abstrata mulher, para se construir um movimento não apenas epistêmico, mas político, realizado por mulheres transexuais e travestis, em torno de sua desoutrização pelas mulheres e pelos homens cisgêneros e do reconhecimento de sua história de lutas, mesmo quando estas foram apagadas, mas reescritas por vozes como a de Danny, Wall e Natália.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos mostrar, por meio deste artigo, a importância de compreender as existências e resistências mulheres trans e travestis no Sul de Minas Gerais, inseridas em relações de poder históricas que tentaram promover silenciamentos e apagamentos nos movimentos sociais LGBTQIA+, destinando-as a um “não lugar” na sociedade. Consideramos que este pequeno texto possa contribuir para a construção de uma história e de uma historiografia trans/travesti que leve em conta as múltiplas mulheridades e feminilidades que trazem em seus corpos afetos e reivindicações de direitos singulares e históricos pouco contemplados nas políticas públicas, apesar das conquistas. Não negamos que elas existem, mas as narrativas nos falam de aspectos profundos de uma sociedade transfóbica que não vê os corpos trans como sujeitas de direitos e de amor (Nascimento, 2021).

Os obstáculos de gênero nas instituições apontados pela fala de Danny, Wall e Natália, como o exemplo do Movimento Gay de Alfenas, marcadamente cisgênero e masculino, não são considerados por elas como determinantes e paralisantes de suas lutas individuais e coletivas. Embora suas vidas e a de sua comunidade tenham sido atravessadas por disputas de poder que tentaram impedir seu protagonismo histórico, suas vozes demonstram que as mulheridades e feminilidades dissonantes têm se organizado em luta por acesso a direitos essenciais, contra a patologização do gênero, a transfobia e em direção à construção de um conhecimento que represente suas diversas lutas cotidianas, em alianças. O reconhecimento de suas histórias no passado e de suas conquistas no presente fortalece a compreensão de que elas não são desprovidas de história, de que sempre estiverem presentes nos espaços com seus corpos e sonhos, e que não se entregaram ao controle cisnormativo (Nascimento, 2021).

Como afirma Jesus (2010) o movimento social organizado pela comunidade trans/travesti em busca de políticas públicas que atendam os seus direitos se apresenta cada vez mais visível, a partir da criação de seu próprio caminho e ferramentas públicas, reconfigurando as narrativas históricas, as relações de gênero e as perspectivas de futuro em busca de uma vida mais digna. Danny, Wall e Natália, em especial, mostram um ativismo social comprometido com a consciência política de que são integrantes de um grupo social

antes invisível, mas que se reconstrói de forma autônoma em busca de seu próprio agenciamento histórico.

REFERÊNCIAS

- ADAD, Jane; NASCIMENTO, Letícia; MARTINS, Lucivando. Aprendizagens em educação e as diferenças – resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. 1-24, e614985928, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343219810_Aprendizagens_em_educacao_e_as_diferencas_-_resistencia_ao_heteroterrorismo_cultural_que_so_os_beijos_te_tapem_a_boca. Acesso em: 10 mar. 2025.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FERRAZ, Maria Cruz. **Em busca da visibilidade:** O movimento das mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014). 286 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- MEIHY, José C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBTQIA+ (NUH). **Violência contra a população Trans e Travesti em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2024.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/argtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan-abr/2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2017.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0105, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0105>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- ROVAI, Marta G. O. **História Oral e histórias das mulheres:** rompendo silenciamentos. São Paulo, Letra e Voz, 2017.

ROVAI, Marta G. O. *et al.* **Celebrando o orgulho**: 24 anos de lutas e conquistas do Movimento Gay de Alfenas (2000-2024). Teresina: Cancioneiro, 2024.

Recebido em: 17/09/2024

Aceito em: 08/11/2024